

A busca pela proteção efetiva do meio ambiente aliada ao aumento de competitividade brasileira é um desafio para diversas áreas do conhecimento. A poluição transfronteiriça afigura-se, no campo jurídico, como um dos principais problemas ambientais. O direito, por sua vez, desenvolve respostas principalmente através de textos legislativos. O direito internacional privado (DIPr) é o principal ramo do direito encarregado de enfrentar essas questões com conexões internacionais. A norma brasileira de DIPr relativa às obrigações por atos ilícitos é antiga e deve se questionar se adequada à resolução de acidentes ambientais com efeitos internacionais. A inadequação da norma para questões ambientais pode ter tanto o efeito de subproteger o meio ambiente como gerar insegurança jurídica suficiente para barrar investidores estrangeiros do território brasileiro, afetando a competitividade do Brasil em vários setores da economia. O presente trabalho se insere em projeto que objetiva examinar a relação entre preservação e proteção ambiental no Brasil, através das regras de direito internacional privado, com o aumento da competitividade brasileira via incremento de investimentos estrangeiros. O projeto utiliza-se, conjuntamente com pesquisa doutrinária e jurisprudencial, a metodologia de pesquisa empírica (BABBIE, 2005; EPSTEIN & KING, 2002).